

Área central: um olhar a partir do patrimônio cultural

Central areas: from cultural heritage viewpoint

Flavio de Lemos Carsalade*

Resumo

O artigo discorre sobre as relações metodológicas e epistemológicas entre a teoria relacionada com o patrimônio cultural e as centralidades urbanas, notadamente sobre a questão da intervenção e preservação dessas áreas. Para aprofundar as questões levantadas, apresenta-se a centralidade de Belo Horizonte e seus mecanismos de proteção como estudo de caso.

Palavras-chave:

Patrimônio cultural. Centralidades. Belo Horizonte.

Abstract:

The article discusses the methodological and epistemological relations between the theory on cultural heritage and urban central areas, notably on the question of intervention and preservation of these areas. To explore the issues raised, a case study of the city center of Belo Horizonte and its protection mechanisms is presented.

Keywords:

Cultural heritage. Centralities. Belo Horizonte.

1. Alguns aspectos das áreas centrais

O processo de urbanização no Brasil não é complexo apenas do ponto de vista quantitativo, este percebido através dos vários impactos causados pelas grandes densidades e concentrações populacionais. Do

* Professor e Diretor da Escola de Arquitetura da UFMG. Doutor em Arquitetura/UFBA. Autor dos livros "Arquitetura: Interfaces" e "Pampulha" e de capítulos em 17 outros livros, além de vários artigos em revistas especializadas e periódicos nacionais e estrangeiros. Contato: flavio.carsalade@terra.com.br.

ponto de vista qualitativo, essa complexidade se mostra como a face mais visível da injusta distribuição de renda no país através dos claros exemplos de segregação e exclusão presentes nas principais capitais brasileiras. A citação de Flávio Villaça resume a complexidade quantitativa e qualitativa da urbanização recente brasileira:

Esses problemas se manifestam hoje, generalizadamente, nos vários tamanhos de cidades... e como 80% (no mínimo) da população brasileira é hoje urbana, falar em problemas urbanos deixou de ter sentido, já que eles passaram a ser “problemas brasileiros”. Digo “no mínimo” porque essa é a porcentagem dos brasileiros que vive em áreas urbanas. Como grande parte dos que vivem hoje em áreas rurais frequentam cidades ou têm íntimo contato com a cultura e com os valores urbanos, a população que tem hoje estilo de vida, cultura e valores urbanos é certamente bem maior que esses 80%.¹

O crescimento abrupto das cidades brasileiras foi realizado, em grande parte, em um período em que a legislação urbanística ainda não era abrangente e suficiente², em que as perversidades das desigualdades sociais ainda não eram tão claras para grande parte da população e em um momento no qual os problemas de habitação eram resolvidos pelos técnicos nas periferias urbanas. Nesse momento, também as áreas centrais das cidades não eram ainda tão valorizadas na sua importância simbólica, por um entendimento “curto” da ideia de patrimônio cultural ligado, essencialmente, à excepcionalidade histórica e artística, desprezando as questões culturais mais amplas relacionadas à apropriação popular dos centros urbanos, quer do ponto de vista material (uso) quanto imaterial (simbólico) e das inter-relações entre essas duas formas de apropriação.

A ideia de “excepcionalidade” conduz à individualização e à segregação. Se algo é “excepcional” é porque ele se distingue na sua vizinhança, levando à falsa impressão de que só ele tem valor ou – tão mal quanto isso – de que a vizinhança é mero entorno, como se o contexto onde está o bem não se referisse à uma vida real e a cidade não fosse um acúmulo dinâmico das contribuições de diversas gerações. Nessa acepção, a obra “excepcional” se aproxima muito menos de uma realidade concreta e mais de uma suposta obra “ideal” onde deveriam ser expurgados os equívocos - assim julgados pelos “especialistas” (quais? de que áreas?). É claro que de obras importantes muito se desfigurou, muito se

¹ VILLAÇA, Flávio. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003, p. 28 e 29.

² A Lei Federal 6766, que regulamenta o parcelamento do solo urbano, é de 1979, portanto posterior ao primeiro grande *boom* de muitas cidades de grande e médio porte brasileiras.

dilapidou em função da precariedade social e da falta de controle urbano e de políticas públicas adequadas, mas a ideia de excepcionalidade apenas segregava “indivíduos” e “entornos” das estruturas ambientais urbanas maiores e, de certa maneira, era ela própria um espelho da própria atitude social. A “amostragem”, um dos corolários da “excepcionalidade”, privilegiava momentos históricos onde supostamente havia se chegado a uma excelência estilística (como a manifestação barroca do período colonial, por exemplo) em detrimento de outros períodos (como o início do século XX, marcado pelo ecletismo e pelo moderno – este considerado muito recente para ser “protegido”), como se eles também não formassem o espaço urbano e não contribuíssem para a vida que efetivamente se realizava no dia-a-dia.

Tal concepção de patrimônio cultural – excessivamente centrada na exemplaridade privilegiada de certos períodos históricos e na imanência transcendental da obra de arte genial – tinha portanto apenas “algo” de história e da arte e muito pouco da cultura, como se cultura se resumisse apenas na história e na arte. O resultado prático dessa concepção pode ser abordado, a título de exemplo, pelo preconceito de que aquelas cidades que não tinham centros no período colonial não tinham, portanto, também, nenhum centro a preservar, no máximo um ou outro edifício “isolado”. Assistimos, a partir daí, à destruição e à desfiguração de paisagens urbanas consistentes e referenciais, respaldadas por muitas legislações urbanísticas que até mesmo estimulavam a substituição, conferindo altos coeficientes de aproveitamentos aos lotes e o privilégio dos usos não residenciais nas áreas centrais.

Na verdade, essas atitudes se deviam ao referido entendimento “curto” do conceito de patrimônio cultural, associado, antes, ao também curto entendimento de história e arte aqui referido e do próprio conceito de cultura, ligado apenas a essas duas dimensões e restrito às suas faces de diletantismo/ lazer e curiosidade (que por sinal também se adequa bem à ideia de “excepcionalidade”). A cultura, entendida na sua acepção maior, é o campo dos valores comuns e compartilhados, filtro pelo qual um mesmo grupo comunitário percebe o mundo e com ele interage. É o elemento de identidade e de coesão intergrupar, cadinho dos valores que orientam a sociedade desses grupos. Sendo assim, a cultura surge como uma chave importante para a compreensão da realidade na medida em que ela se coloca como um dos principais fatores de construção de uma identidade coletiva e arma de resistência: é um eixo orientador das comunidades em um tempo fortemente dinâmico. Também face ao seu caráter diacrônico que a liga às ideias de permanência e transformação, a cultura fornece subsídios para o entendimento da

realidade social, ajudando a identificação de padrões estáveis dentro de uma realidade dinâmica. Revela, por exemplo, as razões de fracasso de alguma medida governamental proposta em função de sua consonância ou não com a visão de mundo de determinado grupo. Além disso, o entendimento da cidade como fato e produto cultural permite vislumbrar com mais clareza suas tendências, apropriações e vocações. Nesse sentido, os Centros Históricos se reforçam como valores de permanência e agregação em um tecido social que se esgarça e se transforma de forma rápida e, muitas vezes, violenta.³

Embora a maioria das cidades brasileiras de médio e grande porte tivesse sua paisagem desfigurada, as grandes cidades foram as que mais sacrificaram suas áreas centrais face ao “modelo” de desenvolvimento urbano brasileiro. Isso se deu exatamente por apresentarem, de um modo geral, uma maior infraestrutura instalada (e portanto necessitarem de menos investimentos públicos), por serem altamente polarizadoras (e portanto mais pressionadas, nos seus edifícios e em suas vias) e por serem mais susceptíveis à concepção urbana funcionalista que marcou a maior parte do século XX e que lhes estimulava um papel principal de centro comercial e de serviços. É curioso que essas mesmas razões tenham causado tanto o abandono das áreas centrais que muito se alteraram (por intenso processo de destruição e substituição) quanto daquelas que não se alteraram, mas apenas se degradaram (por não conseguirem acompanhar os surtos desenvolvimentistas demolitórios como o centro de São Luiz, Maranhão, por exemplo, onde a elite abandonou seus casarões em busca de outros lugares, deixando-os para apropriações outras, muitas vezes na forma de cortiços). De uma maneira geral, exceto em alguns casos pioneiros, tal situação só começou a se reverter na última década do século, através de uma intensa revisão dos paradigmas então vigentes do planejamento urbano.

Sabemos hoje que o patrimônio material é o resultado da superposição das inúmeras gerações que vivem nas cidades e que a apropriação desse patrimônio se faz de várias maneiras, quer do ponto de vista de uso, quer do ponto de vista simbólico, os quais também se influenciam mutuamente, favorecendo certos destinos em detrimento de outros. A ausência de uma investigação das culturas locais acaba gerando erros nas estratégias de implementação e gestão, além de deformar o verdadeiro significado e a expressão simbólica dos locais onde o planejamento se aplica. Por exemplo, no entendimento das cidades, há que se incorporar aos dados ditos “objetivos” as relações da população com

³ CARSLADE, Flavio de Lemos. *Culture as a methodological key*. City & Time. CECI/UFPe, no. 2, vol. 1. <www.ct.ceci-br.org/>. 2005.

seu espaço físico: os ritmos e ritos das apropriações dos espaços urbanos, o imaginário a eles associados, a sua memória e evolução histórica.

Mas não é apenas o caráter dinâmico que os centros apresentam que caracteriza a sua função simbólica e enseja seus destinos. Eles são responsáveis também pela personalidade própria de cada cidade⁴, aquilo que a caracteriza e a diferencia, que gera sua identidade no imaginário intersubjetivo de quem a habita ou de quem apenas a visita ou dela ouve dizer.

A título de resumo, temos, portanto, algumas características dos centros históricos que devem ser marcadas:

- Eles conferem identidade própria a cada cidade e, também por isso, são fortes elementos de identificação da população com sua própria cidade;
- Por serem muito pressionados (pela disponibilidade de infraestrutura, pela alta polarização, pela centralidade, etc.), estão sujeitos a grandes forças de mudanças.
- É assim que os centros históricos apresentam características que os colocam como um dos principais pontos de questionamento das mudanças de paradigma no planejamento urbano que vêm se realizando nas últimas décadas. Por suas características culturais mais amplas – simbólicas e de uso – e pela materialização dessas características na paisagem urbana, eles reforçam princípios atuais importantes de planejamento (que de resto podem ser incorporados a outras áreas da cidade):
- O reforço da *gestão democrática das cidades*, na medida em que a sociedade decide o que se deve preservar e aquilo que pode ser substituído e como, remete à incorporação das comunidades no processo decisório dos destinos da cidade, princípio consagrado no Estatuto da Cidade;

⁴ No cancionero popular o Rio de Janeiro “é sol, é sal, é luz”, São Paulo é “a dura poesia concreta de suas esquinas”. Os mineiros se reconhecem como um “povo das montanhas”, o sertanejo como um homem calejado pelas condições climáticas (“o sertanejo é antes de tudo um forte”). “Assim, identificar-se com um lugar é uma forma de ser-no-mundo e traz consigo a sensação de pertencimento que nos liga a uma coletividade (o que, como vimos, é indispensável para a realização da vida individual). Para que essa sensação de pertencimento se dê, é importante que o homem experimente seu ambiente como uma totalidade significativa. Um dos aspectos mais importantes dessa totalidade significativa do ambiente está na sua capacidade figurativa, na imagem que ele apresenta como manifestação de seu ser próprio”. CARSALADE, Flavio de Lemos. *Desenho contextual*. Salvador: UFBA, 2007 (mimeo).

- Não há mais espaço para políticas de terra arrasada, sem *considerar a pré-existência*, seja em termos do patrimônio edificado, seja em termos do tecido social que se coseu ao longo do tempo;
- Não dá mais para se trabalhar com idealizações pouco ancoradas na realidade, sendo que a cultura aí se apresenta como uma de suas mais fortes âncoras. Essa atitude contrasta com o modelo funcionalista de se criar uma meta idealizada de cidade para qual toda uma legislação era construída e dirigida.

O patrimônio cultural instalado nos centros urbanos, considerado na sua amplitude de estrutura ambiental urbana dotada de fortes conotações simbólicas e de uma apropriação bastante peculiar, inclui a dimensão social no planejamento, além das questões ligadas apenas ao desenvolvimento econômico e funcional. Desponta, assim, na contemporaneidade, como um dos principais marcos da interdisciplinaridade e do questionamento no planejamento urbano e no entendimento das cidades. Esta é a grande contribuição extramuros que o patrimônio cultural traz às metodologias de abordagem do fenômeno urbano.

2. *Área central de Belo Horizonte*

A área central de Belo Horizonte não escapou muito ao modelo de urbanização brasileiro e sua história particular é curiosa por ser uma cidade jovem (1897), fundada em plena vigência do positivismo e da arquitetura eclética, e que teve sua juventude coincidente com o momento dos grandes fluxos migratórios que incharam as nossas metrópoles nos anos sessenta e setenta. Essa conjugação de fatores fez com que a cidade se transformasse com grande rapidez, substituindo exemplares arquitetônicos de grande valor, desconfigurando espaços urbanos e alterando apropriações, ritmos e ritos urbanos⁵. (Figuras: 1 A, B, C)

A morfologia urbana também teve alterações significativas com relação tanto ao plano original de Aarão Reis quanto à sua imagem urbana. Por exemplo, o plano inicial previa amplas praças nos cruzamentos “estelares” das principais avenidas, as quais foram substituídas por fechamentos de vias para uso de pedestres (como na Praça Sete, Praça da Savassi e Praça Tiradentes): o resultado disso é que se substituiu a dinâmica de

⁵ Em alguns lugares, dentro de um período de menos de cem anos, pudemos assistir a quatro gerações de prédios.

pulsção das vias por uma linearidade mais veloz e com menos pontos focais. Aliás, quanto aos pontos focais de especial significado – fundamento conceitual *haussamaniano* que inspirou o novo desenho da cidade de Paris e da capital mineira – pouco restou, e a Avenida Afonso Pena, que ligava o mercado (hoje Rodoviária) ao foco religioso (Praça do Cruzeiro, hoje Pç. Milton Campos), perdeu suas duas pontas simbólicas. (figuras 2A, B, C)

As áreas verdes da cidade também cederam à sanha de ocupação e exemplos disso não faltam, quer na supressão das árvores que marcavam o principal eixo da cidade, a Avenida Afonso Pena, ou a brutal mutilação do Parque Municipal para dar lugar a hospitais e campo de futebol (hoje supermercado), ou ainda a ocupação de praças por edifícios residenciais ou funcionais. (Figura 3)

As diversas interferências urbanas que ocorreram na área central de Belo Horizonte, causadas por legislações urbanísticas ou planos viários, reforçaram essas mutilações por terem como foco apenas as questões funcionais e de desenvolvimento econômico, colocando em segundo plano a paisagem, os ritmos e os ritos urbanos, como se isso fosse uma consequência inexorável da modernidade. A Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte de 1976 – praticamente a primeira da capital, antes legislada por outros instrumentos urbanísticos como códigos de obras e leis menores – reforçava a visão funcionalista da cidade e colocava os maiores coeficientes de aproveitamento de solo urbano exatamente nos lotes ocupados por importantes exemplares da nossa memória (como as casas do Bairro Funcionários). Os projetos viários estreitavam ruas e fechavam quarteirões, mais preocupados com a ótica da mobilidade do automóvel do que com o significado simbólico das vias e com sua apropriação pela população. Sorte que a função residencial foi preservada no centro, visado antes como reduto comercial: conta a anedota que isto só aconteceu porque o legislador, ao decretar o centro como zona exclusivamente residencial, teve que se curvar à argumentação dos incorporadores imobiliários que diziam estarem construindo ali edifícios residenciais para fins comerciais (a venda de apartamentos) e por isso mesmo adequados ao “zoneamento” local.

O grande impacto na área central de Belo Horizonte ainda foi agravado pelas suas características geográficas e socioeconômicas, fortemente marcadas pela radiocentricidade, onde a maior parte dos movimentos viários necessariamente cruza o centro da cidade e onde, durante muito tempo, estava concentrada a maioria dos serviços de atendimento da população e a maioria dos eventos de interesse.

Como em grande parcela das grandes cidades brasileiras, assistimos hoje a um processo de revalorização do centro histórico de Belo Horizonte, com a recuperação de edifícios e trechos urbanos de inte-

resse, com ações mais incisivas de controle urbano e incentivo à sua vitalização (reforço da sua atratividade através da instalação de novas instituições públicas e incentivo à moradia). Novamente o apelo histórico-cultural puxa o carro do planejamento urbano, revalorizando o desenho urbano, incrementando a prática de planos locais e as experiências de complementaridade entre o uso e a função simbólica.

3. *O olhar do patrimônio cultural*

A Arquitetura se dá em um lugar e institui um lugar: é fundante (quando ela acolhe, admite e propicia), referencial (quando gera identidade e orientação), constitutiva (compõe a paisagem urbana). A Arquitetura cria lugares quando marca sua presença pontuando o mundo. No *propiciar a vida*, a Arquitetura realiza a sua missão. Ao criar uma *paisagem habitada*, o homem impregna um lugar no mundo de características específicas e de personalidade própria; é espaço onde tem lugar a vida humana, espaço vivido, não abstrato.

Essas são as especificidades da Arquitetura (e por extensão do espaço urbano gerado por ela) que a distinguem de outras formas de manifestação artística (tais como pintura, escultura, etc.) e que, no nosso caso, pontuam bem o que queremos mostrar:

- A Arquitetura propicia a vida e abriga as instituições: diferentemente das outras artes visuais, ela interage com as transformações da sociedade e do espaço urbano;
- A Arquitetura cria lugares e referencia a vida urbana, a cidade de cada um e a cidade de todos. Ela assim o faz através da criação de marcos referenciais e de paisagens urbanas particulares.

É assim que o olhar do Patrimônio Cultural associado à Arquitetura e ao espaço urbano enseja uma mudança epistemológica no trato com a cidade:

- Na medida em que se entende a dimensão do uso não apenas do ponto de vista funcional, mas também do ponto de vista simbólico e motivador de atitudes na população, pois ela “contém” ao mesmo tempo que cria significados;

- Na medida em que entende a dimensão afetiva da apropriação urbana e o significado dos principais marcos urbanos associados ao conjunto do lugar onde se instala;
- Na medida em que entende a paisagem urbana além do aspecto meramente visual, mas como propiciadora de uma determinada “vida urbana”.

É por essas razões que o Patrimônio não tem como se desvincular das outras dimensões do planejamento urbano, despontando antes como elemento agregador dessas outras dimensões. Esse papel integrador reservado ao patrimônio faz com que, portanto, ele saia do seu antes restrito “compartimento” de elemento setorial de “curiosidade exemplar” para se apresentar como elo que gera os lugares urbanos e que liga o cidadão à sua cidade. É como tal que ele impõe que as transformações se façam de maneira culturalmente sustentável, ou seja, respeitando as pré-existências tanto materiais (edifícios, morfologias urbanas, meio-ambiente) quanto imateriais (“pedaços, manchas, pórticos e trajetos”) ⁶ e entendendo que há estreita correspondência entre ambas.

4. Pilares do patrimônio cultural em Belo Horizonte

A proteção do patrimônio edificado em Belo Horizonte tem a virtude de não se ater apenas ao construído e ao isolado, ao excepcional e à curiosidade. No seu fundamento, as políticas públicas que cuidam da questão têm como unidade de abordagem a identificação de conjuntos urbanos que apresentam uma coesão de vários elementos como imagem, apropriação, identidade, história comum, dentre outros. Ainda no seu fundamento, essas políticas buscam identificar os elementos intangíveis que propiciam e são propiciados pelo construído, o “argumento” que personaliza cada um deles e que determina seu *genius loci*. Essa imagem do ambiente se assenta na força expressiva de seu conjunto, na sua capacidade de se apresentar como criadora de um *genius loci*. Para tanto contribuem, além da expressividade geral de seu casario e de suas ruas, as imagens icônicas que o pontuam. As imagens icônicas (marcos/ *landmarks*) são importantes porque a identidade também ocorre a partir de “figuras” e através da nossa relação significativa com essas figuras que se nos aparecem como “coisas”. Essas “coisas” pontuam a nossa existência e além disso funcionam, para nós, como elementos de orientação. Ambas as

⁶ Incorporando também uma terminologia do trabalho do Professor José Guilherme Cantor Magnani, que subsidiou as Diretrizes para os Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte, em 1997.

funções trabalham sobre a relação espacial entre as figuras: se a *identidade* se dá a partir de formas corporificadas, a *orientação* apreende a ordem espacial. A *orientação*, em sua raiz existencial, portanto, não diz respeito apenas ao como se localizar, mas também como experiência de espaços significativos.

Não há como entender o patrimônio histórico-cultural de forma estática e meramente visual. Essa não é a função da Arquitetura e o tombamento das estruturas arquitetônicas deve respeitar essa sua especificidade artística, histórica e cultural. Temos que entender, no entanto, que os fatores de sua dinâmica devem ser realizados de forma com que as inevitáveis transformações se façam em bases culturalmente sustentáveis⁷.

Identificar essas bases sustentáveis de forma ampla (materiais e imateriais) é a lição que o olhar do Patrimônio Cultural traz para o Planejamento Urbano em geral e para as maneiras contemporâneas de se lidar com a cidade.

⁷ “Sustainability can be understood to have something to do with a meaningful continuity of traditional values within modernizing tendencies, and the avoidance of modern practices or gestures which signify ruptures or breaks with the past.” STOVEL, Herb. “Applying Sustainability to Urban Conservation” in ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). *Conservation and urban sustainable development: a theoretical framework*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999, p. 21.

Ilustrações

Área central: um
olhar a partir
do patrimônio
cultural

Figuras 1: Exemplos de demolições importantes em BH:



A) Feira de Amostras (fonte: Acervo AP Cultural)

Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/nbtg6a>>

Acesso em: 10 Out. 2010.



B) Edifício dos Correios e Telégrafos
(fonte: Museu Histórico Abílio Barreto)

Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/ema8q9>>
Acesso em: 10 Out. 2010.



C) Estação Central de Minas
(fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte)

Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/5s4ev8>>
Acesso em: 10 Out. 2010.

Figuras 2: Exemplo das situações morfológicas citadas:



A) Avenida Afonso Pena, 1955 (fonte: Museu Histórico Abílio Barreto)

Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/wrhdw2>>

Acesso em: 10 Out. 2010.



B) Quarteirões fechados da Praça Sete (foto do autor)

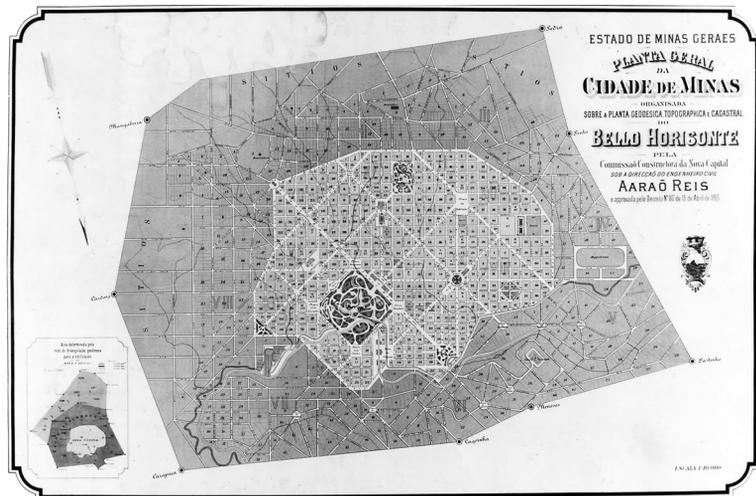
Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/e45muj>>

Acesso em: 10 Out. 2010.

Área central: um
olhar a partir
do patrimônio
cultural

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 16, n. 2,
p. 79-92,
2010

Figura 3: Plano original de Araújo Reis.
(fonte: Museu Histórico Abílio Barreto)



Disponível em: <<http://www.sendspace.com/file/09ykj2>>
Acesso em: 10 Out. 2010.